

ESCÂNDALO NO PLANALTO/INVESTIGAÇÕES

“Ninguém será enganado”, promete ACM

Presidente da comissão especial que vai investigar as denúncias sobre Sivam elogia ação de FH

ROSA COSTA

BRASÍLIA — O presidente da comissão especial do Senado encarregada de investigar as denúncias relacionadas ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), garante que quem estiver envolvido em irregularidades será punido. “Ninguém vai ser enganado.” Ele entende que o presidente Fernando Henrique Cardoso, “dono de uma grande casa”, como chama o Palácio do Planalto, não pode ser responsabilizado pelos últimos episódios do governo. Alega que é difícil controlar os fatos mesmo quando acontecem na cozinha, “ainda mais na sala de visitas”.

Estado — Há alguns meses o sr. alertou o governo sobre pessoas que estariam sendo nomeadas e que não mereceriam os postos. O episódio da escuta telefônica envolve algumas dessas pessoas?

Antônio Carlos Magalhães — Vamos botar as coisas às claras. Eu disse que o presidente Fernando Henrique estava para nomear pessoas que não estavam à altura de seu governo e, conseqüentemente, não poderiam ser nomeadas. Levei a ele alguns nomes. Uns ele evitou a nomeação, outros permaneceram no governo.

Estado — A permanência dessas pessoas pode provocar novos fatos desagradáveis, como o que envolveu o ex-chefe do cerimonial?

Magalhães — Eu não incluí, na minha informação, o nome do embaixador Júlio César. O presidente Fernando Henrique, cautelosamente, já afastou dois auxiliares, que solicitaram o afastamento. De modo que o governo se colocou bem. Isso, entretanto, não é suficiente porque deve se apurar tudo em relação ao assunto, que não pára aí. Por esta razão estamos fazendo essa grande comissão de investigação, e não uma CPI.

Estado — Como vai funcionar essa comissão especial?

Magalhães — Essa comissão vai chegar a resultados e acredito que o governo tomará providências, se for o caso. E também poderá chegar a resultados que inocentará pessoas que estão sendo acusadas.

Estado — A comissão vai investigar pessoas do Legislativo e do governo. Até que ponto o corporativismo das duas áreas poderá atrapalhar as investigações?

Magalhães — Acho que o Legislativo tem dado demonstrações de que não é corporativista. Já deu na legislatura passada, quando até cassou o mandato de alguns membros. Essa é uma comissão de averiguação que pode se desdobrar em comissões com providências ainda mais fortes.

Estado — Como evitar que essa comissão se torne uma CPI?

Magalhães — Não há nenhum

propósito de evitar. Os fatos é que vão traçar os rumos e as conclusões da comissão. Vamos fazer isso com a maior imparcialidade, sem nenhum desejo que o resultado seja este ou aquele. Ninguém vai ser enganado.

Estado — A imagem dos políticos é atingida pelas denúncias em relação ao projeto do Sivam?

Magalhães — Depende. Se tiver político que seja maculado com os fatos, será punido. Se tiver militar, será apontado para punição; se tiver algum membro do Itamaraty, ele será apontado para ser punido na atividade funcional...

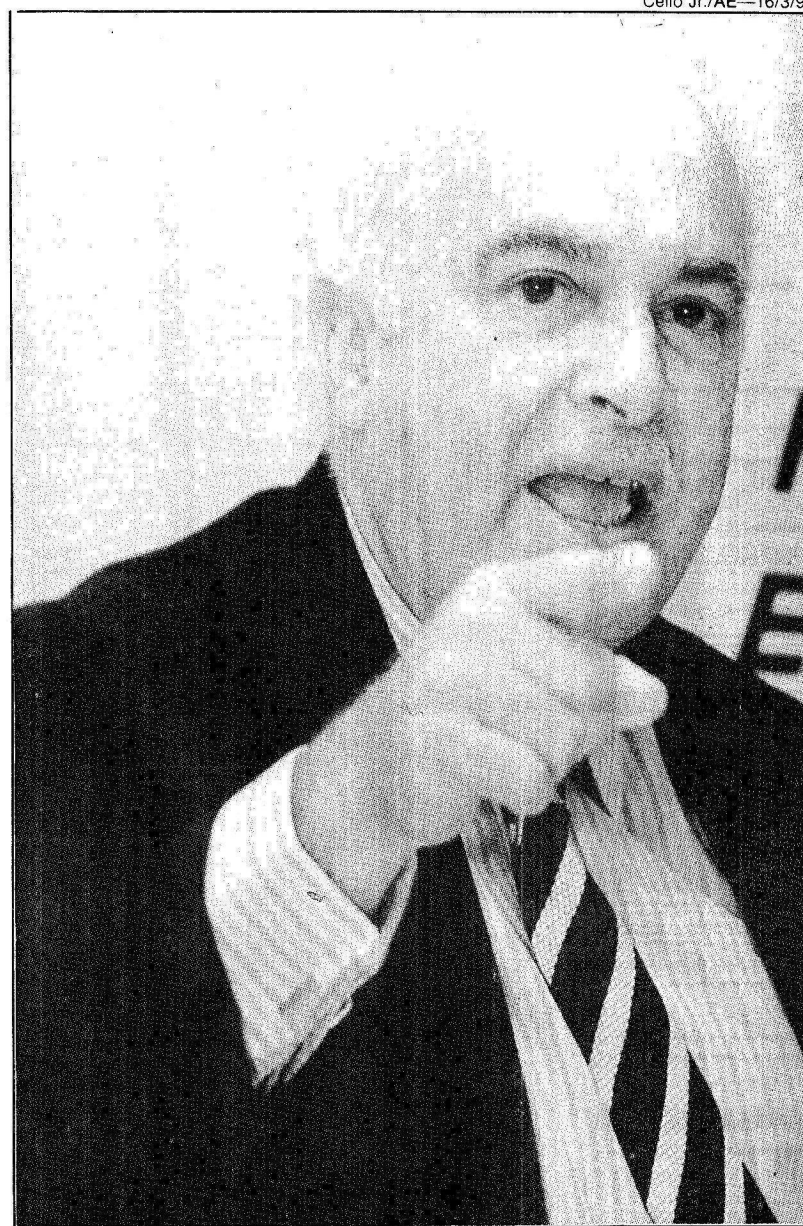
Isso acontece no mundo inteiro, estamos cansados de ver. No Japão, vemos isso todos os dias; na Itália está sendo freqüente; na Alemanha, em toda parte. No Brasil também. É claro que cada um vai dar maior ou menor dimensão, de acordo com os acontecimentos, os fatos do dia.

Estado — Esse episódio abalará a confiança no governo?

Magalhães — Não, o presidente tomou as providências. Acho que qualquer coisa errada pode acontecer na casa de qualquer um e ele tem uma “grande casa”, que é o Palácio do Planalto. Ele tomou as providências, agora ele não pode impedir que aconteça, mesmo quando acontece na cozinha, que dirá na sala de visitas.



**INTENÇÃO É
A DE APURAR
“TUDO SOBRE
ASSUNTO”**



O senador: “A comissão chegará a resultados e poderá se descobrir”

Petistas e sem-terra defendem Graziano

RAQUEL STENZEL

BRASÍLIA — Deputados do PT e dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) saíram ontem, em defesa do presidente do Incra, Francisco Graziano. Eles desconfiam que Graziano esteja sendo vítima de “setores conservadores”, interessados em bloquear o programa de reforma agrária.

“Não deu nem tempo para o Graziano esquentar a cadeira e já estão querendo tirá-lo”, comentou um dos coordenadores nacionais do MST, Gilberto Oliveira, acrescentando que “setores de direita, contrários à reforma agrária, estão aproveitando o momento para tentar derrubá-lo”. Para ele, o ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, latifundiários e o Judiciário são os interessados na saída de Graziano. Oliveira ressaltou que o MST é a favor de uma CI para investigar o caso Sivam.

Recuo — O núcleo agrário do PT na Câmara — Alcides Modesto (BA), José Fritsch (SC), Adão Preto (RS) e outros — também acredita que o caso da escuta telefônica esteja sendo usado como pretexto para forçar um retrocesso no programa de reforma agrária. Neste caso, dizem, Graziano estaria servindo como “bode expiatório”.

Os dirigentes do MST acreditam que o programa seria prejudicado se Graziano saísse do Incra. Na avaliação de Oliveira, seriam perdidos meses até que o ritmo da reforma agrária voltasse ao normal, pois, apesar de estar há pouco menos de dois meses no cargo, Graziano já assumiu uma série de compromissos com o MST e com outras entidades da área.